

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
		Patrícia Gaspar Costa	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	SSRH	Vinícius Rosa Rodrigues (Secretário executivo dos Comitês PCJ)	Titular	Presente	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Presente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia (Secretário executivo adjunto dos Comitês PCJ)	Suplente	Presente	
		Astor Dias de Andrade	Suplente	Ausente	
03	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Ausente	
		Mara Regina S. Ramos	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Justificou	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Adriana Gomes de Freitas	Suplente	Justificou	
		Esther Menezes	Suplente	Ausente	
05	SMA	Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Presente	
		Laura Stela Naliato Perez	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Justificou	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Justificou	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
	Secretaria de Energia e Mineração	Oscar Brás Berreta Pion	Suplente	Justificou	
		Raphael Rodrigues Ferreira	Suplente	Presente	
07	P. M. de Rio das Pedras	Antônio Carlos Defavari	Titular	Presente	
		Daniel Gonçalves	Titular	Presente	
	P. M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Osmar da Silva Júnior	Suplente	Presente	
08	P.M. de Nova Odessa	Benjamim Billl Vieira de Souza	Titular	Ausente	
		Ricardo Ôngaro	Titular	Presente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedrosa de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Justificou	
09	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Justificou	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P.M. de Itirapina	José Maria Candido	Suplente	Ausente	
		Alípio Marques Júnior	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Ana Lúcia Watanabe	Suplente	Justificou	
11	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Rio Claro	João Teixeira Júnior	Suplente	Ausente	
		Francesco Rotolo	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Luana da Silva	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coord. da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

14	CIESP – DR Jundiaí	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Presente	
15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinell (Coord. Adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
16	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Ausente	
		Antônio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
	CODEN	Ricardo Ôngaro	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coord. da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Ausente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (Coord. Adjunto da CT-Rural)	Suplente	Justificou	
19	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
20	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coord. Adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbio	Titular	Ausente	
	AESABESP	Marcia Nunes	Suplente	Ausente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coord. Adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	Suprema	Franciscus Johannes Maria Schoenmaker	Suplente	Justificou	
23	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Rotary Club de Rio Claro “Cidade Azul”	Dejanira de Franceschi de Angelis	Suplente	Presente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-EA	IPSA	Tiago Valentim Georgette	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Ana Lúcia Vieira	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT- Industria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-OL	CETESB	Ednéa Aparecida Parada	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica R. Vahteric Isenburg	Coordenadora	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	INEVAT	Claudia Grabher	Secretária	Justificou
CT-SAM	IPSA	Adriana Fabiana Corrêa	Coordenadora	Presente
	IPSA	Dilza Ap. Nalin de Oliveira Leite	Secretária	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo-Financeiro)
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Elaine Franco de Campos
	Eduardo Cuoco Léo
	Diogo B. Pedrozo
	Juliana Prado Guilmo
	Rodolfo Bassani
	Filipi de Oliveira Cardoso

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

ANA	Osman Silva
CETESB	Adilson José Rossini
DAAE Rio Claro	Ricardo Pires de Oliveira
P.M. de Campo Limpo Paulista	Cristiano Garcia
	Francisco dos Santos Timóteo
P.M. de Itatiba	José R. Fumach
Profill Engenharia	Sidnei Agra
SANEBAVI	Silviane Aparecida C. Casarin
	Ricardo Villar Martins
Shout Publicidade	Jayme Baener
	Carolina Brito

5 **1. Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 25/08/2017. A reunião foi aberta pela Sr. Vinícius da Rosa Rodrigues, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos e agradeceu à CATI, pela cessão do espaço. **1.1. Proposta de inversão de pauta:** Na sequência o Sr. Vinicius explicou que as empresas Consórcio Profill-Rhama e Shout Publicidade, devido a outros compromissos solicitaram autorização para inversão de itens de pauta, passando o item Apresentação do Diagnostico do Plano de Bacias PCJ, ser contemplado após a apreciação da Ata da 67ª Reunião Ordinária da CT-PL e a Apresentação do Plano de Mídia, na sequência da Indicação das entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09. Sr. Vinícius colocou em votação a alteração de pauta, sendo aprovada por unanimidade. **1.2. Proposta de inclusão de item de pauta:** Após o Sr. Vinícius solicitou a inclusão de item na pauta em “Outros assuntos”, para referendo da proposta do GT -Fórum Mundial, para definir a relação de membros que comporão a Comitiva Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2018, em Brasília /DF. O Sr. Vinícius colocou em votação a inclusão deste item de pauta, sendo aprovada por unanimidade. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Vinícius informou que no período de 7 de agosto até o dia 8 de setembro de 2017 está aberta Consulta Pública, que está prevista na Portaria nº 495, publicada pelo Ministério das Cidades no Diário Oficial da União do dia 24/07/17, sobre o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), com o objetivo é colher sugestões sobre os seguintes temas estruturantes: competências, composição, funcionamento, eleição

e duração do mandato dos conselheiros para que o colegiado tenha papel de relevância no processo de desenvolvimento urbano do país e que sua finalidade seja atingida de forma plena. A contribuição está aberta para toda a sociedade. Maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Vinícius informou, que no dia 19 de setembro de 2017, no Auditório do Centro de Convenções da Unicamp, ocorrerá o Fórum Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o tema "Conservação e Recuperação do Solo e da Água", promovido pela FEC/UNICAMP, que tem por objetivo promover sistemas sustentáveis de uso dos recursos solo e água, e se propõe a discuti-lo numa programação que mescla a apresentação de novos conhecimentos científicos com temas de cunho educacional, de difusão de tecnologia e relacionando-o às questões globais como segurança alimentar, energética, a saúde humana e a sustentabilidade ambiental. São convidados a contribuir, professores e pesquisadores da mais alta qualificação e experiência que tem ação interfacial com o tema. Maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Vinícius convidou a todos para participar do IV Workshop de Águas Subterrâneas: “Compartilhando Experiências”, realizado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, que será realizado nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2017, UNESP - Rio Claro, e terá o objetivo de aprofundar o debate sobre o uso e a gestão das águas subterrâneas. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas, e poderão ser efetuadas no endereço: www.agenciapcj.org.br/aguassubterranea s". Na oportunidade parabenizou Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, pela iniciativa. O Sr. Vinicius informou ao plenário que no período de 16 e 18 de outubro de 2017, na cidade de São José do Rio Preto/SP, será realizado o evento preparatório do 8º Fórum

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

Mundial da Água, o Encontro Regional Sudeste “Gestão Participativa e Social da Água” que
85 abrangerá todo a região sudeste brasileira com a participação de representantes dos Comitês de Bacias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Integrado a este Encontro os 21 Comitês de Bacias Hidrográficas paulistas realizarão o XV
90 Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, o qual a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ e a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, com o apoio da Agência das Bacias PCJ estão
95 viabilizando a participação de 10 membros da CT-EA dos Comitês PCJ. O Sr. Vinícius informou que será realizado o VII Simpósio de Restauração Ecológica, promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente através do Instituto de Botânica de
100 São Paulo, no período de 06 a 10 de novembro de 2017, nas dependências do Instituto de Botânica e no São Paulo Expo. Tendo como tema central “Tecnologia e Avanços”, o objetivo principal deste VII Simpósio é promover uma discussão sobre as
105 principais tendências quanto ao uso de novas ferramentas disponibilizadas para elaboração de projetos de áreas degradadas. Será discutida a evolução das pesquisas científicas que possam estar subsidiando as políticas públicas. Estes
110 “avanços e tecnologias” serão apresentados e discutidos em mesas-redondas, palestras, cursos, estande de apresentações de trabalhos científicos e em atividades relacionadas à disponibilização de serviços e produtos voltados à restauração ecológica. Maiores informações estão disponíveis
115 no site dos Comitês PCJ. **2.2. pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Vinícius passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que o Grupo
120 Técnico do Fórum Mundial (GT Fórum Mundial), criado no âmbito da CT-PL, em sua 66ª Reunião Ordinária, realizada no município de Americana/SP, em 05/05/2017, criou a atuação dos Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da
125 Água, que acontecerá em março de 2018, em Brasília (DF), realizou 4 reuniões, onde foi decidido a forma de divulgação das ações e iniciativas; a Comitativa PCJ; os materiais e a participação durante o fórum. O Sr. Sergio
130 informou ao plenário que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, protocolou na Agência das Bacias PCJ, o Ofício P-0403/2017, datado de 09 de agosto de

2017, no qual empresa apresenta seus fundamentos
135 em relação à desconsideração das reduções das vazões máximas médias mensais, determinadas pelos Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, relativos ao período compreendido entre março de 2014 e novembro de 2016, para o cálculo da
140 cobrança pelo uso dos recursos hídricos referente à transposição do Sistema Cantareira. Dentre os argumentos apresentados o cerne da questão é “com a emissão dos comunicados conjuntos ANA/DAEE que fixaram volumes menores de
145 retiradas do Sistema Cantareira alterou-se o valor objeto da outorga que era de 31 m³/s das Bacias PCJ”. E tendo em vista que o valores constante das portarias de outorga, de forma geral são utilizados como referência para o cálculo anual das
150 Cobranças PCJ, no que se refere a parcela quanto ao volume outorgado anual, que representa 20% do valor a ser pago pelo uso da água pelos usuários. O restante, 80%, é calculado sobre os valores medidos, para o caso dos usuários, com medição
155 das Cobranças PCJ, como é o caso da SABESP, e que o foco das discussões diz respeito mais sobre o conceito de outorga do que sobre a aplicação prática na fórmula de cobrança, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, encaminhou os
160 Ofícios Comitês PCJ nºs 087/2017 e 088/2017, respectivamente, para o Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e para o superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), solicitando manifestação
165 sobre o assunto em questão, e esclarecendo se a emissão dos comunicados conjuntos ANA/DAEE podem ser juridicamente considerados como nova Portaria de Outorga no período mencionado anteriormente. Tal informação será importante para
170 que os Comitês PCJ possam balizar sua tomada de decisão quanto ao pleito da SABESP. O Sr. Sergio informou que foi contrato pela Agência das Bacias PCJ estudo de avaliação hidrogeológica visando a captação de água subterrânea, para ser feito em
175 polos industriais de sete municípios das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Atibaia, Jundiaí, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Nova Odessa e Sumaré. Ressaltou que o estudo hidrogeológico refere-se ao
180 fluxo, volume, distribuição e qualidade das águas subterrâneas. O trabalho contratado pela Agência PCJ visa fornecer essas informações, tanto sobre a qualidade como a disponibilidade dessas águas. Os resultados darão subsídios à tomada de decisão

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

185 quanto à perfuração de poços tubulares profundos
em áreas dos polos industriais desses sete
municípios. Atualmente, já existe poços nesses
polos. Porém, o estudo vai definir os pontos de
locação mais favoráveis para a captação das águas
190 subterrâneas, possibilitando maior
desenvolvimento industrial nas Bacias PCJ. O
investimento será de R\$ 393.460,50 - provenientes
da cobrança pelo uso da água em rios de domínio
da União (Cobrança PCJ FEDERAL) - e está
195 previsto no PAP-PCJ 2013-2016 (Programa de
Aplicação Plurianual das Bacias PCJ). 3.
**Apreciação da Ata da 67ª Reunião Ordinária da
CT-PL, realizada no Centro de Conhecimento
da Água - SANASA - Campinas/SP, em**
200 **07/07/2017:** O Sr. Vinícius questionou aos
membros sobre a necessidade da leitura da referida
ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o
Sr. Vinícius abriu espaço para manifestações sobre
o conteúdo da mesma. Não havendo
205 manifestações, o conteúdo da ata foi colocado em
votação, sendo aprovado por unanimidade, sem
alterações na minuta apresentada. **4. Apresentação
do Diagnostico do Plano de Bacias PCJ:** O Sr.
Vinícius, informou que considerando a necessária
210 a atualização dos cenários e das metas de qualidade
para o período de 2014 a 2035, em conformidade
com as normativas legais aplicáveis, a Fundação
Agência das Bacias PCJ, contratou no ano 2015 a
empresa Consórcio Profill-Rhama para execução
215 dos serviços afetos a Revisão do “Plano das Bacias
PCJ com propostas de atualização do
enquadramento dos corpos d’água e de programa
de efetivação do enquadramento dos corpos d’água
até o ano de 2035”, conforme Termos de
220 Referência elaborados em conjunto com os
Comitês PCJ. Lembrou que no dia 02/08/2017, foi
realizado em Campinas, a 1ª Consulta Pública
Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas PCJ,
cujo primeiro produto foi o Diagnóstico da
225 Revisão do Plano das Bacias PCJ, o qual tem por
base a proposta técnica apresentada no processo
licitatório junto à Agência PCJ e o Plano de
Trabalho aprovado, visando atender os termos de
referência, a Resolução CNRH 145/2012 e a
230 Deliberação CRH 146/2012. Na sequência passou
a palavra para a Coordenadora da Câmara Técnica
do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, Sra.
Adriana Isenburg, e para o Coordenador Técnico
do Consórcio Profill-Rhama, Sidnei Agra. A Sra
235 Adriana informou sobre os trabalhos de revisão do

Plano de Bacias, especialmente em relação ao
diagnóstico, que servirá de base para a revisão e foi
concluído no mês de agosto de 2017. Cientificou
ao plenário que o relatório está dividido em dois
240 tomos e possui 11 capítulos, incluindo um capítulo
introdutório e um de síntese, ao final. Os capítulos
do 2 ao 9 tratam do diagnóstico em si, e o 11 traz
uma avaliação do Plano das Bacias PCJ 2010 –
2020. Os capítulos 1, 2, 3 e 4 apresentados no
245 TOMO I apresentaram uma introdução ao
relatório, uma caracterização geral, uma
caracterização física e um diagnóstico do
saneamento das Bacias PCJ. O capítulo 5 trata da
disponibilidade hídrica das Bacias PCJ. É
250 apresentada uma caracterização das redes de
monitoramento fluviométrico da ANA, do DAEE e
do SAISP, convencionais e telemétricas, e da rede
de monitoramento pluviométrico. Em seguida,
apresenta-se a disponibilidade hídrica superficial,
255 contendo o cálculo da regionalização da vazão de
referência para as Bacias PCJ, e da disponibilidade
subterrânea. Por fim, apresenta-se um item de
regularizações, com uma caracterização do Sistema
Cantareira e das suas transposições e influencias na
260 hidrologia das Bacias PCJ, bem como de outras
regularizações interbacias. O capítulo 6 trata das
demandas hídricas. É dividido entre demandas
consuntivas e não consuntivas, sendo as primeiras
demandas para abastecimento animal, agricultura
265 irrigada, indústria e abastecimento público, e as
últimas demandas para navegação, turismo,
recreação e lazer, pesca, aquicultura e
aproveitamentos hidrelétricos. O capítulo 7 reúne o
que foi apresentada nos dois capítulos anteriores e
270 apresenta o balanço hídrico da bacia, com a
comparação entre disponibilidade e demandas,
para analisar o estresse hídrico da bacia, e se as
disponibilidades são suficientes para cobrir as
demandas hídricas. O capítulo 8 apresenta o
275 diagnóstico da qualidade das águas das Bacias
PCJ, com a caracterização da rede de
monitoramento qualitativo, o enquadramento dos
trechos de rios segundo a CONAMA 357/2005,
uma análise dos indicadores de qualidade da água e
280 das cargas potenciais. O capítulo 9 trata da gestão
do território e de áreas sujeitas a gerenciamento
especial, onde se procurou analisar as
características do território relevantes para a gestão
dos recursos hídricos, incluindo um levantamento
285 dos remanescentes de vegetação natural, com áreas
de preservação, unidades de conservação e áreas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

prioritárias para conservação da biodiversidade, uma análise das áreas suscetíveis a erosão, escorregamento, assoreamento, inundação, enxurradas ou alagamentos, e focos de poluição ambiental. O capítulo 10 trata de uma avaliação do plano atualmente em vigor, o Plano das Bacias PCJ 2010-2020 (COBRAPE, 2010), analisando os resultados obtidos desde a implementação do plano até atualmente. Por fim, o capítulo 11 é uma síntese do diagnóstico, onde se apresenta um resumo do conteúdo geral que foi abordado no Relatório Técnico 02. Na sequência o Sr. Sidnei, apresentou a linha do tempo dos trabalhos de revisão do Plano das Bacias PCJ, relato das visitas aos Municípios, apresentação do diagnóstico consolidado do Plano das Bacias PCJ e informou sobre os próximos passos. Sobre o diagnóstico informou que premissas metodológicas foram a utilização de estudos já existentes para as Bacias PCJ; levantamento de dados secundários; consistência e complementação dos dados secundários nas visitas técnicas; utilização do SSD PCJ 2 como ferramenta de suporte a decisão. Sobre os dados apresentou: Introdução e Caracterização Geral: Áreas de Abrangência; Aspectos socioeconômicos, Uso e ocupação do solo; Caracterização Física: Aspectos Físicos, Hidrografia e dominialidade; Saneamento Básico: Abastecimento de água – Índice de atendimento, Perdas na distribuição, Esgotamento sanitário; Esgotamento sanitário – Índices de coleta e tratamento; Disponibilidade hídrica: Caracterização da rede de monitoramento, Disponibilidade superficial, Disponibilidade subterrânea, Regularização; Demandas por Recursos Hídricos: Análise Integrada de Demandas Consuntivas - Superficial e Subterrânea; Balanço hídrico superficial: Qualidade das Águas, Enquadramento, Qualidade das Águas – IQA, – IQA porção mineira, Qualidade das Águas – Águas subterrâneas; Gestão do território: Remanescentes vegetais e áreas protegidas, Susceptibilidade a Erosão, Gestão do território e de áreas especiais; Avaliação do alcance das Metas do Plano 2010 – 2020; e o Atendimento Resolução CRH/SP 146/2012. Após a apresentação, o Sr. Vinicius abriu a palavra aos membros, que fizeram diversos questionamentos para esclarecimento do assunto. Após as discussões o Sr. Vinicius informou que serão realizadas uma terceira etapa da revisão do Plano

das Bacias PCJ 2010-2020, com Audiências Públicas para discutir questões referentes ao capítulo de Plano de Ações, que é constituído pelas metas e ações para gestão de recursos hídricos, programa de investimentos para os cenários futuros definidos, sistemática de acompanhamento e monitoramento e arranjo institucional para implementação do Plano de Bacias. 5. **Indicação das entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09:** O Sr. Vinicius informou que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes nos plenários dos Comitês PCJ e na CT-PL, para o mandato 2017/2019, que ocorreu em 31/03/17, na cidade de Piracicaba/SP, na ocasião da 19ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, faz-se necessária a recomposição, também, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ, cujos mandatos terminam no próximo dia 7 de novembro. O Sr. Vinicius explanou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprova os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ e ressaltou que nos termos do art. 10 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, a comunicação dos membros eleitos e indicados será feita por meio de deliberação *ad referendum* do presidente do CBH-PCJ. Em seguida, apresentou a composição pré-estabelecida de acordo com os critérios da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09 e iniciou o processo eleitoral para a definição dos representantes dos municípios paulistas e da sociedade civil para o mandato 2017/2019 dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos representantes do segmento Estado para o Conselho Fiscal, para o mandato 2017/2019. Após a eleição, nos termos da legislação, a composição do Conselho Deliberativo passou a ter os seguintes membros: 1) do segmento Estado: Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Secretaria de Estado de Energia e Mineração e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; 2) do segmento Municípios: P. M. de Rio das Pedras, P. M. de Nova Odessa, P. M. de Limeira, P. M. de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

Holambra, P. M. de Piracicaba e P. M. de São
390 Pedro; 3) do segmento Sociedade Civil (usuários
de recursos hídricos): Sindicato Rural de
Campinas, ASSEMAE - Associação Nacional dos
Serviços Municipais de Saneamento e CIESP -
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo -
395 Diretoria Regional de Jundiaí; 4) do segmento
Sociedade Civil (organizações civis): Consórcio
PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; IPSA -
Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia
400 Hidrográfica do Rio Corumbataí. e Rotary
International D4590. Para composição do
Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes
representantes 1) do segmento Estado: Secretaria
da Saúde (Titular) e Secretaria da Agricultura e
405 Astaecimento (Suplente); 2) do segmento
Municípios: P. M. de Rio Claro (Titular) e P. M. de
Cordeirópolis (Suplente); 3) do segmento
Organizações Civis: UNICA - União da
Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo
410 (Titular) e Associação dos Engenheiros de Jundiaí
(Suplente). O Sr. Vinícius informou, ainda, que o
prefeito de cada um dos municípios eleitos,
conforme disposto nos regulamentos, deverá
indicar, por escrito, à Agência das Bacias PCJ, até
415 a reunião de posse dos conselhos, se a
representação em questão será por ele próprio
exercida ou por seu respectivo suplente na CT-PL.
O Sr. Vinícius abriu a palavra para manifestações
e, não havendo, colocou em votação a composição
420 dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que foi
aprovada por unanimidade. Na sequência, colocou
a Minuta de Deliberação Ad Referendum dos
Comitês PCJ em votação, sendo a mesma aprovada
por unanimidade, e será apreciada e referendada na
425 próxima reunião Plenária dos Comitês PCJ,
agendada para dezembro de 2017. **6.**
Apresentação do Plano de Mídia: O Sr. Vinícius
informou que em abril de 2017 a Agência das
Bacias PCJ, contratou a empresa Shout
430 Publicidade, para prestar serviços de publicidade
visando elaborar e conduzir o Plano de Mídia, que
compreende: o conjunto de atividades realizadas
integradamente que tenham por objeto o estudo, o
planejamento, a conceituação, a concepção, a
criação, a execução interna, a intermediação e a
435 supervisão da execução externa, a compra de
mídia e a distribuição de campanhas, peças e
material publicitários, com o intuito de atender ao
princípio da publicidade e ao direito à informação,

440 de difundir ideias ou de informar o público em
geral, sobre os Comitês PCJ e Agência das Bacias
PCJ. Na sequência, passou a palavra para o Sr.
Ricardo Martins, representante da Shout
Publicidade, que explicou o que é um plano de
445 mídia e apresentou os objetivos do plano de mídia
PCJ. O Sr. Ricardo informou que está sendo
proposta uma campanha unificada para fortalecer a
marca PCJ, apresentando a proposta de logo, sendo
que está será usada cartazes de eventos realizados
450 por ambas instituições; anúncios publicitários;
peças digitais; vídeos; etc., reforçando que cada
instituição continua com sua linha de
comunicação. Apresentou as ações pensadas para o
Fórum Mundial da Água e os valores gastos no
455 contrato até a presente data. Após as explanações,
o Sr. Vinícius abriu espaço para manifestações dos
membros, que fizeram diversos questionamentos
para esclarecimento do assunto. **7. Solicitação do**
DAAE Rio Claro para parcelamento dos débitos
da cobrança estadual paulista em 120 meses: O
460 Sr. Vinícius informou que o Departamento
Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro
(DAAE), protocolou em 01/08/2017, o Ofício nº
170/2017, datado de 31 de julho de 2017, na sede
da Agência das Bacias PCJ, requerendo o
465 parcelamento de dívida da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, junto com a
Agência das Bacias PCJ, em 120 meses, mesmo
prazo previsto na Lei nº 5045/17 (pagamento do
PID), referente ao período de janeiro e dezembro
470 dos anos de 2015 e 2016, Janeiro, fevereiro, maio,
junho e julho do ano de 2017, no valor nominal de
débitos atualizado até 31/08/2017, de R\$ R\$
1.681.769,17 (hum milhão, seiscentos e oitenta e
475 um mil, setecentos e sessenta e nove reais e
dezessete centavos). Após a explanação, o Sr.
Vinicius passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira,
Diretor Administrativo da Agência das Bacias PCJ,
o qual informou que a justificativa do DAAE, foi
480 que a inadimplência foi herdada da gestão anterior
relacionada a dívidas trabalhistas, concessionária
de energia elétrica, multas, etc., e que houve queda
na arrecadação do município de Rio Claro e que
devido a Implantação do PID – Parcelamento
485 Incentivado de Dívida (Lei nº 5.045/17) o DAAE
Rio Claro, solicita o parcelamentos em até 120
meses do débito existente. Na sequência o Sr.
Ivens informou que a Agência das Bacias PCJ, tem
realizados os seguintes procedimentos para
490 negociação de débitos: I -Dívida total de até R\$

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

100.000,00: até 18 parcelas; II - Dívida total de R\$ 100.000,01 a R\$ 300.000,00: até 24 parcelas; III - Dívida total de R\$ 300.000,01 a R\$ 600.000,00: até 30 parcelas; IV - Dívida total de R\$ 600.000,01 a R\$ 1.000.000,00: até 36 parcelas; V - Dívida total de R\$ 1.000.000,01 a R\$ 2.000.000,00: até 42 parcelas; VI - Dívida total acima de R\$ 2.000.000,01: até 48 parcelas. Cientificou ao plenário que os procedimentos para negociação de débitos, pelos Comitês de Bacias (PS, BS, BT, TB, TJ, Ribeira de Iguape/LS), a qual função de cobrança pelo uso dos recursos hídricos é exercida pela Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAAE) são: I- Dívida total de até R\$ 120.000,00: até 12 parcelas; II- Dívida total de R\$ 120.000,01 a R\$ 480.000,00: até 24 parcelas; III - Dívida total acima de R\$ 480.000,00: até 36 parcelas. Os Procedimentos para negociação de débitos nas Agência da Bacia do Alto Tietê e Agência da Bacia do Sorocaba e Médio Tietê são: I- Dívida total de até R\$ 120.000,00: até 12 parcelas; II- Dívida total de R\$ 120.000,01 a R\$ 480.000,00: até 24 parcelas; III - Dívida total acima de R\$ 480.000,00: até 36 parcelas. Procedimentos para negociação de débitos pela Agência Nacional de Aguas (ANA), referentes a cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos são de que os créditos de qualquer natureza, ainda não inscritos em dívida ativa da ANA, poderão ser objeto de parcelamento em até 60 (sessenta) prestações mensais. Na sequência, informou que as negociações realizadas pela Agência das Bacias PCJ entre Janeiro 2012 a Julho 2017 foram: À vista – 948, totalizando R\$1.981.863,15; de 2 até 18 meses – 117, totalizando R\$ 1.980.134,60; de 19 até 24 meses – 5, totalizando R\$ 3.459.467,76; de 25 até 30 meses – 0; de 31 até 36 meses – 3, totalizando R\$ 1.221.743,16; de 37 até 42 meses – 1, totalizando R\$ 1.933.855,68; de 43 até 48 meses – 0. Após, apresentou uma simulação parcelamento de débitos para o DAAE Rio Claro, informando que a melhor opção, seria parcelamento entre 42 á 48 meses. Na sequência, o Sr. Vinicius passou a palavra ao Sr. Francesco Rotolo, Superintendente do DAAE Rio Claro, que expos o momento financeiro do município, os sérios problemas estruturais em suas ETA's , o que demandará altos valores para os consertos emergenciais; a aplicação de multa , pelo não cumprimentos pela gestão passadas de TAC's, pelo ministério público, relativos a tratamento de esgoto de ETE's e lodo de ETA's.

Ressaltou que o DAAE esta se colocando todos seus esforços na busca da redução da dívida ativa, inadimplências, custos operacionais, dentre outros. E diante do exposto, com o advento da Implantação do PID – Parcelamento Incentivado de Dívida (Lei nº 5.045/17), o DAAE Rio Claro, está solicitando parcelamentos em até 120 meses do valor da inadimplência junto a Agência das Bacias PCJ, pois após análise da dívida é o valor que o DAAE consegue comprimir o pagamento do saldo devedor. Após a explanação, o Sr. Vinicius abriu a palavra aos membros. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Vinicius abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário, que questionaram tanto a Agência das Bacias PCJ, quando o DAAE Rio Claro das possibilidades negociação de débitos. Após a explanação o Sr. Vinicius abriu a votação para se manter a portaria atual para parcelamento de débitos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, possibilitando o parcelamento do DAAE Rio Claro, em até 48 vezes, o qual foi aprovado, com um voto contra da P.M de Rio Claro e uma abstenção da ÚNICA. **8. Reembolso de despesas de viagens de membros dos Comitês PCJ representantes da Sociedade Civil, com recursos dos royalties/compensação financeira e Novos limites para despesas de viagens dos membros dos Comitês de Bacias, conforme determinação da Agência Nacional de Águas:** O Sr. Vinicius cientificou ao plenário que os termos do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e que os termos do Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, que altera, dentre outros, os dispositivos do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõem sobre os limites de diárias. Informou que a Agência das Bacias PCJ, recebeu orientações através no Ofício Circular nº 05/2017/SAS-ANA, datado de 01/06/17, que dispõe sobre os critérios para a concessão de diárias a membros de Comitês de Bacia Hidrográfica e as complementações do Despacho nº 48/2017/PF-ANA/PGF/AGU, datado de 20/06/17, que modificam os praticados hoje no âmbito dos Comitês PCJ, pela Agência das Bacias PCJ. Informou, que no âmbito estadual paulista, os termos da Deliberação COFEHIDRO nº 177, de 09 de março de 2017, que dispõe sobre reembolso de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL

Auditório da CATI – Campinas/SP – 01/09/2017 – 09h30min

despesas de hospedagem, alimentação e transporte com recursos de custeio para representantes da sociedade civil em colegiados do SIGRH. Após a explanação, o Sr. Vinicius passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo da Agência das Bacias PCJ, que apresentou as regras para concessão de adiantamento de diárias, tanto no âmbito da ANA, quanto no FEHIDRO. Após as explanações o Sr. Vinicius informou que a CT-PL teria que tomar a decisão de qual fontes de recurso seria utilizada para despesas, de viagens membros Comitês PCJ. Na sequência abriu a palavra para manifestação dos membros que que deliberaram unanimemente, por adotar nas bacias PCJ os procedimentos de reembolso de despesas de viagens de membros dos Comitês PCJ pelos novos limites conforme determinação da Agência Nacional de Águas. Na sequência o Sr. Vinicius apresentou a proposta de constituição do Grupo Técnico de Custeio de Despesas (GT -Custeio de Despesas), para definir a metodologia e regulamentação para pagamento de despesas de viagens. Após as explanações, o Sr. Vinicius solicitou que se manifestassem os interessados em participar do GT-Custeio de Despesas. Após as manifestações, aprovou-se, por unanimidade, que o grupo será composto pelos representantes das seguintes entidades: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; da Agência das Bacias PCJ e dos seguintes órgãos e entidades: Associação dos Engenheiros de Jundiaí - AEJ, Associação Nacional do Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiaí – CIESP DR Jundiaí, Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA, Fórum das Américas, Prefeitura Municipal de Jundiaí e Sindicato Rural de Rio Claro. A primeira reunião foi agenda para o dia 06/09/2017, em Piracicaba/SP. **9. Outros assuntos: Referendo da proposta do GT -Fórum Mundial para definir a relação de membros que comporão a Comitativa Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água:** O Sr. Vinicius lembrou que por ocasião da realização da 66ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no dia 05/05/2017, no Consórcio PCJ, no município Americana/SP, foi constituído o Grupo Técnico do Fórum Mundial (GT Fórum Mundial), para definir a atuação dos Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2018, em Brasília (DF). Após as explanações, o Sr. Vinicius

informou que já foram realizadas 4 reuniões do GT, e que já foram definidas as demandas, entidades parceiras; como divulgar e a Estratégia de Atuação Sobre o Fórum. Diante do exposto informou que sendo o Fórum Mundial da Água um espaço privilegiado para trocar experiências, analisar problemas e buscar soluções relacionadas ao uso consciente da água, em todo o planeta, e faz-se necessária a definição a relação de membros que comporão a Comitativa Comitês PCJ. Após informou que o GT- Fórum propôs para a comitativa dos Comitês PCJ a seguinte relação de membros: 2 membros por Coordenação de cada Câmara Técnica dos Comitês PCJ, totalizando 22 pessoas; a Presidência dos Comitês PCJ, totalizando 7 pessoas; 2 membros da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ; 2 membros do Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ; 2 membros do Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ; os representantes dos Comitês PCJ no Fórum Paulista de Comitês de Bacias, no Fórum Nacional de Comitês de Bacias, e no Fórum Mineiro de Comitês de Bacias, totalizando 8 pessoas. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Vinicius abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a proposta da relação de membros que comporão a Comitativa Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água sendo a mesma aprovada por unanimidade. **10. Encerramento:** Na sequência a Sr. Vinicius abriu a palavra aos presentes e, nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Vinicius Rosa Rodrigues
Secretário-executivo
Comitês PCJ